

Atuação de empreiteiras será o próximo alvo

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento pretende aprofundar as investigações sobre a atuação direta das empreiteiras no Orçamento depois do dia 16, quando o relator, deputado Roberto Magalhães, deve apresentar seu primeiro relatório preliminar. Magalhães acha que os documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis, vão ajudar a esclarecer o modo como as empreiteiras operavam para controlar a distribuição de recursos do Orçamento para obras de seu interesse.

A CPI já tem cópias de todos os documentos apreendidos pela PF na casa de Reis. "A corrupção, até onde sabemos, operava nas subvenções sociais globais e nas emendas de interesse das empreiteiras", afirmou Magalhães, acrescentando que as apurações vão continuar. "Não vamos deixar nenhuma investigação no meio do caminho."

O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), coordenador da subcomissão de emendas orçamentárias, disse que a CPI já dispõe de muitas provas para começar a chamar empresários para depor. Os 84 disquetes de computador recolhidos pela PF junto com 40 quilos de documentos na casa de Reis foram

decodificados por técnicos do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

De acordo com o coordenador desse trabalho, deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), os disquetes praticamente repetem o que está escrito nos papéis da empreiteira. Revelam que a Odebrecht tinha uma rede de informações que exercia muito poder dentro de determinados setores da administração federal, principalmente dentro dos Ministérios do Bem-Estar So-

cial e da Integração Regional, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs).

De acordo com os dados registrados nos disquetes apreendidos, a Norberto Odebrecht tinha a intenção de dominar totalmente os

órgãos de contratação de obras e desembolso de dinheiro nos programas da Caixa Econômica Federal conveniados com o Ministério do Bem-Estar Social. A empreiteira também pretendia monopolizar a construção de hospitais conveniados com o Ministério da Saúde. Outra meta da construtora seria obter o conhecimento antecipado do orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para programas na área social nos municípios.

DISQUETES DA ODEBRECHT REFORÇAM SUSPEITAS SOBRE ESQUEMA